

FAMÍLIA, CASA E TRABALHO

Cristina Bruschini

Socióloga e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas

Sandra Ridenti

Socióloga e assistente de pesquisa

RESUMO

O texto procura demonstrar os fluidos limites entre conceitos como família, casa e trabalho. Analisa relatos de trabalhadoras autônomas, de classe baixa, em geral casadas e mães, que exercem atividades econômicas no domicílio como forma de enfrentar o cotidiano, juntamente com os demais membros do grupo familiar. Mostra que a moradia pode revelar-se não só um espaço de vida familiar, mas também espaço de trabalho, no qual se realizam atividades econômicas que podem representar ganhos adicionais e muitas vezes vitais para o grupo familiar. TRABALHO DOMICILIAR — TRABALHO DA MULHER — FAMÍLIA

ABSTRACT

FAMILY, HOUSE AND WORK. The article tries to show how frail are the boundaries among concepts such as family, house and work. It analyzes statements given by lower-class self-employed female workers — usually married and with children — who carry out economic activities at their residence, trying to face the struggle for life, together with the other members of the family. It proves that the residence can be not only a home but also a workshop where economic activities are performed to supply additional income, sometimes essential to support the family.

* Texto elaborado para o Seminário *Família e Moradia*, da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, FUNDAP, maio de 1993. Foi apresentado também no Seminário Temático *A Construção pública e privada da família*, XVII Encontro Anual da ANPOCS, outubro de 1993.

Assim como os laços familiares podem extrapolar os limites de uma moradia, nem sempre as pessoas que moram na mesma casa constituem uma família. Casa e família não são a mesma coisa, mas essa separação não é evidente ao senso comum. Enquanto o domicílio é apenas uma unidade material de produção e de consumo, a família é um grupo de pessoas ligadas por laços afetivos e psicológicos.

O primeiro procedimento, portanto, para estudar a família ou qualquer tema a ela associado, deveria ser o de dissolver a aparente *naturalidade* que existe nesse conceito, deixando bem claro o que se entende por família e de que família se está falando.

A representação de família dominante no Brasil é a de um grupo composto por um casal e seus filhos, abrigados sob o mesmo teto, nos limites da unidade doméstica. A divisão de papéis é assimétrica, o homem é o provedor, cabendo à esposa os cuidados com a casa e os filhos.

Inúmeras razões podem ser aventadas para justificar o predomínio desse "modelo" de organização familiar, que permeia as pesquisas, a indústria cultural e a atuação das instituições. No plano teórico, é possível ressaltar a importância que durante muito tempo tiveram na área determinadas teorias sociológicas americanas, como o funcionalismo, que analisaram sociedades urbanas com elevado nível de industrialização, nas quais essa forma de família era a mais freqüente. No plano da apreensão empírica, a possibilidade de investigar formas de organização e vivência familiar através de pesquisas domiciliares, com a adoção de um modelo de família coincidente com a unidade doméstica, representa outra das razões. Nos levantamentos censitários, por exemplo, o critério definidor de família é a convivência sob o mesmo teto, que implica compartilhar ganhos e gastos. A unidade de enumeração é então o domicílio e a família entendida como uma unidade de consumo, cujos membros partilham um caixa e um orçamento comuns (Bruschini, 1989a).

O modelo domiciliar de família tem o mérito de viabilizar a realização de pesquisas empíricas, mas sua adoção de maneira acrítica pode resultar em lamentáveis enganos. Sabe-se, por exemplo, que a rede de parentesco é fundamental para as estratégias familiares, tanto em termos de ajuda econômica, quanto no que diz respeito aos arranjos cotidianos. No entanto, os parentes que não moram no mesmo domicílio não aparecem como membros da família, mesmo quando nela exercem papel fundamental. Assim, o predomínio de famílias nucleares nos levantamentos censitários nem sempre corresponde ao que ocorre no dia-a-dia, quando arranjos diversificados extrapolam as fronteiras da casa, como parentes morando no mesmo prédio ou nos fundos de um terreno comum. Da mesma forma, a coincidência teórica entre família e unidade doméstica acaba por resultar na consideração de indivíduos que residem sós ou grupos de pessoas na mesma casa como se fossem famílias, quando na verdade apenas partilham a moradia.

Os estudos de Antropologia bem como os de História nos oferecem inúmeros elementos para perceber que as relações muitas vezes coincidentes que conhecemos atualmente entre grupo conjugal, rede de parentesco e unidade doméstica ou residencial podem se apresentar como instituições bastante diferenciadas em outras sociedades ou em diferentes momentos históricos. A Antropologia lembra-nos que as relações de parentesco, o casamento e a divisão sexual do trabalho são estruturas universais, que existem em todas as sociedades, variando apenas as formas em que se combinam. Rica em dados que atestam a variabilidade das estruturas familiares, essa disciplina sugere que, se existisse algum grupo *natural* este seria, quando muito, a mulher e sua prole (Durham, 1983). A História, por sua vez, nos mostra que o modelo nuclear de família, que hoje nos parece tão *natural*, só se consolidou por volta do século XVIII, com a privatização da instituição familiar e a passagem das funções socializadoras para o âmbito mais restrito do lar. Segundo esses estudos (Ariès, 1977; Poster, 1979), a família *moderna* teria trazido consigo novas atitudes em relação às crianças, novas formas de intimidade entre pais e filhos e a supervalorização do amor materno. A família muda de sentido, deixa de ser uma unidade econômica, torna-se um lugar de refúgio, de afetividade, de relações de sentimento entre o casal e os filhos.

É esse o modelo de família com o qual temos nos acostumado a pesquisar ou trabalhar e que precisa ser desconstruído para que outras formas igualmente válidas, como as famílias que contam com apenas um dos cônjuges, entre elas as chefiadas por mulheres, não sejam consideradas incompletas, irregulares ou desorganizadas. Famílias são grupos sociais dinâmicos, que estão em constante transformação, em virtude de processos demográficos — nascimento, casamento, morte — e sócio-econômicos. Estudar a família requer, necessariamente, que o foco de análise incida sobre uma determinada estrutura familiar — nuclear, ampliada, chefiada por mulheres etc. — em um determinado momento de seu ciclo vital — sem filhos, filhos pequenos, jovens etc.

Reduzidas ou ampliadas, jovens ou em fase de envelhecimento, porém, algumas características são parte integrante das famílias, unidades dinâmicas de relações sociais, no interior das quais ocorre a reprodução biológica, a produção doméstica, o consumo, a socialização e a transmissão de valores. São espaços de convivência nos quais se dá a troca de informações entre os membros e onde decisões coletivas são tomadas. São unidades nas quais os indivíduos maduros se ressocializam, revendo seus valores e comportamentos na dinâmica do cotidiano e em função das necessidades do grupo, que se renovam a cada etapa da vida familiar. Famílias são também grupos sociais compostos de indivíduos diferenciados por sexo e por idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções. Não há completa harmonia e unidade interna nas famílias, pois elas são palco de lutas pela indivi-

dualização de seus membros, que entram em conflito com os esforços do grupo para manter a unidade coletiva. No cotidiano da vida familiar surgem novas idéias, novos hábitos, que questionam a sociedade e criam condições para sua lenta e gradativa transformação.

Inúmeras funções são desempenhadas na família. No passado, a unidade doméstica confundia-se com a unidade básica de produção, toda a família produzia bens e serviços necessários à subsistência do grupo. O advento da industrialização provoca o surgimento de duas esferas distintas, a unidade doméstica e a de produção. Embora não tenha sido perdida ao longo do tempo, a *função produtora* da família assume novas feições e o grupo torna-se sobretudo uma unidade de produção doméstica, de soma de rendimentos e de consumo. Outra importante função do grupo familiar é a *socializadora*, que se expressa na formação da personalidade dos indivíduos que nascem no grupo e nele são educados. O estabelecimento de vínculos entre seus membros, que é um dos componentes mais importantes da família, pode gerar tanto manifestações de harmonia, afeto e solidariedade, quanto de raiva, desentendimento e conflito. A transmissão de hábitos, costumes, valores e padrões de comportamento, ou *reprodução ideológica*, é também uma função desempenhada pelo grupo familiar. O amadurecimento de todas as pessoas ocorre através da internalização de normas e interiorização da ideologia, na vida cotidiana (Heller, 1972). Tal como a família brasileira está estruturada, quase sempre cabe à mulher, esposa, mãe e dona-de-casa, a condução desse processo.

Neste texto, em que são analisadas formas de organização familiar que incorporam atividades econômicas remuneradas exercidas no âmbito da moradia, a ênfase mais acentuada é colocada na função econômica da família. No entanto, a maior importância atribuída a uma ou outra das funções da família não significa que as demais estejam sendo descartadas. Ao contrário, qualquer estudo ou trabalho com famílias deve levar em conta que as funções econômica, socializadora e reprodutora de valores culturais são inerentes à dinâmica do cotidiano familiar.

DIVERSIDADE DE RECURSOS E ARRANJOS COTIDIANOS

Estudos sobre família e trabalho têm mostrado que o emprego remunerado está longe de ser a única fonte de rendimentos na luta pela subsistência do grupo familiar. Há vários tipos de recursos aos quais a unidade doméstica ou seus membros, individualmente, podem ter acesso e que se combinam para que as famílias mantenham e reproduzam seu padrão de vida. Os mais importantes são os recursos monetários, obtidos através das atividades formais, assalariadas ou não, e das atividades informais, domiciliares ou externas. Mas há também recursos não-monetários, como os serviços públicos e os benefícios sociais

oferecidos pelo Estado, Igreja ou sindicatos; a produção doméstica de bens e serviços e o uso de relações informais entre parentes, vizinhos e amigos, com os quais se estabelece uma rede de mútua colaboração.

Qualquer que seja o arranjo adotado, os grupos domésticos costumam combinar, para sua manutenção e ascensão social, atividades econômicas nos setores formal e informal, assim como atividades domésticas, procurando sempre que pelo menos um membro do grupo tenha um emprego regular, para que a família possa ter acesso às garantias trabalhistas, através do registro em carteira. Costumam ser designados para o trabalho formal os membros do grupo com melhores condições de assumi-lo, no que diz respeito à qualificação, sexo, idade e posição na família. A combinação desses fatores e não apenas um ou outro, isoladamente, é que vai determinar a escolha do indivíduo com maior disponibilidade ou possibilidade de ingressar no mercado. Isentos de responsabilidades domésticas, por exemplo, os homens adultos, considerados os chefes, os filhos maiores e os parentes do sexo masculino encontram-se mais disponíveis do que as esposas e mães. Quando estas, no entanto, dispõem de credenciais vantajosas de qualificação e preparo profissional a serem apresentadas no mercado de trabalho, a situação altera-se substancialmente. O efeito da escolaridade na determinação do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, por exemplo, é tão intenso que chega a superar as limitações impostas pelo estado civil e a maternidade. A atividade econômica das brasileiras casadas, mesmo sendo mães, é muito mais elevada entre as que têm instrução superior, pois para elas os rendimentos obtidos passam a compensar a saída do lar (Bruschini, 1989b).

A inter-relação desses fatores — idade, sexo, escolaridade e posição na família — conjuga-se ainda com duas características da unidade familiar tomada em seu conjunto, a estrutura da família e o ciclo de vida em que esta se encontra. Famílias nucleares com ou sem filhos, famílias ampliadas pela presença de parentes ou famílias encabeçadas por mulheres têm necessidades e possibilidades diferenciadas de enfrentar o mercado de trabalho. A mesma diversidade ocorre entre famílias jovens, com filhos pequenos ou adolescentes e aquelas que se encontram em fase de dispersão pela saída dos filhos do núcleo conjugal.

A combinação de todos esses elementos dá resultados muito diferentes segundo o estrato social no qual se insere o grupo familiar. Famílias das camadas médias, para as quais a escolaridade é o canal legítimo de ascensão social, liberam seus filhos das atividades econômicas e domésticas para que se dediquem aos estudos. Enquanto isso a esposa, caso tenha instrução elevada, poderá ter um trabalho remunerado fora do lar, pagando os serviços de uma substituta nas tarefas domésticas. Nas camadas menos privilegiadas, a premência econômica impulsiona os filhos mais cedo para o mercado de trabalho, enquanto a mãe, dispondo de poucas credenciais para enfrentá-lo provavelmente dedicará-se à somente às ativida-

des domésticas ou, quando muito, a atividades econômicas informais no próprio domicílio.

Mas, em qualquer segmento social, o acesso ao emprego não é intercambiável entre os diferentes membros da família, uma vez que as posições no seu interior impõem diferentes pressões e limitações para cada um. As famílias não são unidades indiferenciadas, mas reagem como um complexo de relações à crise e ao desemprego. Na relação entre família e trabalho há determinantes internos à própria família, mas há também critérios seletivos do mercado de trabalho, que prioriza os chefes e considera as cônjuges e os filhos como provedores complementares (Montali, 1990a).

PERFIL DA FAMÍLIA

No Brasil, os dados demográficos revelam que, nas últimas décadas, vem ocorrendo redução no tamanho da família. Como descrevem Oliveira e Berquó (1990), em 1980 a família brasileira é constituída basicamente pelo casal e seus filhos — 60,8% dos casos — embora este padrão mostre sinais de alteração, tanto pelo significativo crescimento das uniões consensuais — 11,8% do conjunto das unidades em 1980 — quanto pelo aumento do número de famílias chefiadas por mulheres.

No estado de São Paulo, onde se concentram 49,6% das famílias brasileiras, este padrão pouco se altera. Na Grande São Paulo, segundo informações do SEADE (Pesquisa... 1986), 74,8% das famílias são do tipo nuclear, compostas pelo chefe, cônjuge e filhos, o que contribui para reforçar a tese de que esta é a forma tradicional de organização familiar no Brasil; 13,1% das famílias paulistanas são extensas, em virtude da presença de parentes ou agregados no núcleo conjugal; 7% dos domicílios contam com a presença de indivíduos morando sozinhos e 5% das famílias têm apenas o chefe residindo com outro indivíduo não parente. As famílias paulistanas têm, em média, 4,1 membros, e são predominantemente jovens, em fase de expansão, quando os chefes ainda têm menos de 34 anos e não há filhos ou os filhos são pequenos. 16% das famílias em São Paulo são chefiadas por mulheres e em 64,4% delas os filhos continuam morando no mesmo domicílio.

Análise da participação dos membros das famílias paulistanas em atividades econômicas, com base em dados do DIEESE¹, de 1981, sobre o emprego na Grande São Paulo, revela que a posição ocupada no núcleo determina, em parte, a natureza da atividade desempenhada. Enquanto as mulheres casadas, sobretudo as mães, os velhos, as crianças e os adolescentes estavam preferencialmente engajados em atividades domésticas ou em atividades inseridas no chamado setor informal da economia, os chefes de família, os filhos adultos e os jovens parentes eram recrutados sobretudo para a atividade mais regular.

Mantendo tendência semelhante, atividades informais ou *bicos*, como confecção de doces, costura, lavagem de carros e outras, que mantinham ocupadas 5% de um total de quase 10 milhões de pessoas da amostra paulistana, eram realizadas principalmente por esposas, idosos e crianças (Bruschini, 1990).

Inúmeros trabalhos (Oliveira, 1990 e Jatobá, 1990) têm mostrado que, a partir dos anos 80, a intensidade da crise econômica tem repercutido fortemente sobre as famílias, de forma a impulsionar outros de seus membros além do chefe, principalmente a esposa, para o mercado de trabalho. Os efeitos da crise, por outro lado, costumam ser mais agudos em determinados momentos do ciclo vital familiar, sempre que o grupo se encontra fragilizado pela maior presença de dependentes em relação aos provedores, como nas famílias com filhos pequenos, com muitos filhos ou nas chefiadas por mulheres (Montali, 1990b).

Em São Paulo, segundo dados do SEADE, apesar de alguns anos de economia mais aquecida, o desemprego em 1991 atinge índices elevados (11,7%) e o salário médio chega a seus níveis mais baixos. A recessão provoca queda na oferta de empregos no setor industrial e demissão de assalariados com carteira, favorecendo o crescimento do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho autônomo. A categoria dos autônomos foi a que mais cresceu (28,1%) nesse ano, representada principalmente por autônomos que trabalham diretamente com o público, que apresentaram uma expansão da ordem de 26,8% no mesmo período (Pesquisa...1992). Tendo como uma de suas conseqüências a expansão do emprego da mulher casada, que em 1991 atingiu a cifra de 42,7%, a crise desencadeada em 1990 teria atingido mais acentuadamente os homens de 18 a 39 anos, muitos dos quais chefes de domicílio, que passaram a ter participação mais relevante no exercício de trabalhos precários e irregulares.

A MORADIA COMO ESPAÇO DE TRABALHO

Na pesquisa "Família e trabalho domiciliar em São Paulo", que estamos realizando, são analisadas tabulações especiais de dados da *Pesquisa Emprego e Desemprego na Grande São Paulo (PED)*² de 1991-92, referentes a indivíduos inseridos em atividades não-formais³ no município de São Paulo. Alguns dos resultados mostram que 13% das pessoas que

1 Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos.

2 Fonte: SPG. Convênio SEADE-DIEESE.

3 Foram definidos como trabalhadores não-formais os indivíduos classificados nas seguintes categorias: autônomos, empregados remunerados em espécie, benefício ou por produção, empregados domésticos, assalariados sem carteira de trabalho assinada, empregadores com menos de 5 empregados, profissionais liberais, donos de negócio familiar e trabalhadores familiares.

exercem algum tipo de atividade não-formal trabalham no seu local de residência. A maioria é autônoma e trabalha em cômodo não-adaptado da moradia. Entre os que trabalham em cômodo adaptado (6%) há também donos de negócio familiar e trabalhadores familiares. Ao contrário do que se supunha, a atividade não-formal pesquisada costuma ser realizada de forma regular e contínua em 75% dos casos, mantendo os trabalhadores ocupados por mais de 40 horas semanais.

Dados publicados pela Fundação SEADE referentes à distribuição dos ocupados por posição na família e local de trabalho revela que, entre 1985 e 1986, 10,2% dos cônjuges — categoria que, como se sabe, se refere nesses estudos principalmente às esposas — trabalhavam no próprio domicílio, em local não-adaptado da residência, enquanto praticamente nenhum chefe de família ou filho se encontrava na mesma situação (Pesquisa...1986).

A moradia é, portanto, não só espaço de vida familiar, mas também espaço de trabalho, principalmente para as mulheres, de qualquer camada social, que se ocupam tanto da atividade doméstica quanto do trabalho informal remunerado, oferecendo inúmeros exemplos da riqueza de possibilidades que as famílias paulistanas encontram para enfrentar um cotidiano que tem como pano de fundo a recessão e o desemprego.

Relatos de trabalhadoras domiciliares autônomas, obtidos através de entrevistas realizadas em suas casas, ilustram essa afirmação. As entrevistadas foram selecionadas segundo critérios como natureza da atividade, camada social, estrutura familiar e ciclo de vida. A camada baixa, à qual se referem os dados mencionados neste texto, é composta por 16 trabalhadoras na faixa etária entre 28 e 60 anos, das quais 13 cursaram apenas o primeiro grau. As casadas, que constituem maioria, têm como companheiros operários, funcionários públicos não-qualificados ou trabalhadores manuais não-especializados. Situação ocupacional semelhante é a dos pais das solteiras e a dos ex-companheiros das separadas ou viúvas.

A maioria das trabalhadoras reside em bairros da periferia paulistana, como Ermelino Matarazzo, Freguesia do Ó, Campo Limpo, Itaquera, entre outros. Quase a metade delas tem residência própria, cinco moram em casas alugadas e quatro em casas cedidas por parentes.

Qualquer que seja a situação em relação à moradia, a colaboração dos parentes mais próximos desempenha sempre um papel fundamental. Sem o apoio do grupo familiar mais amplo, envolvendo pais, sogros ou irmãos, a condição habitacional das famílias entrevistadas seria pior. São freqüentes os arranjos que envolvem a moradia de vários grupos conjugais no mesmo terreno. Todas as entrevistadas que informaram residir em casa cedida encontram-se nessa situação. Entre as que moram em casa própria há tam-

bém duas entrevistadas em cujo terreno residem outros parentes.

Entre as que moram em **casa cedida** estão a costureira *Cleide*, que vive com a mãe e quatro sobrinhos em uma dependência de três cômodos, no porão da casa do irmão; *Cléia* (cabeleireira) e *Catarina* (artesã), casadas e com dois filhos, que moram em casa construída no mesmo quintal dos pais; e *Cida*, digitadora, que reside em casa cedida pelos pais, no mesmo terreno no qual, nos fundos, moram seu concunhado e a esposa. Entre as que têm **casa própria**, há o caso de *Cleusa* (crecheira), casada, três filhos, que cedeu uma dependência de três cômodos nos fundos da casa para o filho recém-casado. Ou ainda *Celimar* (brindes), solteira, que mora com os pais no mesmo terreno onde foram construídas mais duas casas para os irmãos casados. Em muitos desses exemplos, despesas com água e luz são rateadas, enquanto alguns benefícios são compartilhados, como o uso do telefone, o auxílio no cuidado dos filhos ou da própria casa.

Entre as entrevistadas que moram em **casa própria** predominam casadas, ou solteiras residindo com os pais. Vivendo situação familiar relativamente estável, o sustento básico de suas famílias é garantido pelo marido ou pelo pai. Duas costureiras, *Celina* e *Cinira*, três cozinheiras, *Carla*, *Célia* e *Cinara*, uma mãe crecheira, *Cleusa*, e uma jovem que confecciona brindes, *Celimar*, compõem esse grupo, que revela situação socioeconômica relativamente privilegiada em relação às outras informantes.

Situação mais difícil parece estar sendo vivida pelas trabalhadoras domiciliares que residem em **casas alugadas**. Uma delas, *Clarissa*, tem oito filhos e toda a família se reveza nas múltiplas atividades de sua confecção de roupas. São migrantes nordestinos, que já tiveram casa própria e até automóvel, vendidos para financiar a viagem de volta ao Nordeste. Agora trabalham duro e pretendem não apenas comprar uma nova casa, mas também adquirir uma loja de artesanato. O marido de outra, *Carmen*, tem problemas de alcoolismo e está desempregado, razão pela qual ela faz bicos colando envelopes para uma gráfica. A manicure *Claudete* é viúva e reside com filhos e netos. *Carina*, que faz doces e salgados, é solteira e reside com uma sobrinha desquitada e mãe de três filhos. Das cinco trabalhadoras cujas famílias pagam aluguel, apenas *Corina*, que também faz salgados e doces, parece ter situação mais regular, o marido é funcionário público e o casal não tem filhos. Num claro indício da insegurança que as ronda, quase todas revelam, entre seus projetos para o futuro, o de comprar uma casa ou, pelo menos, um terreno para construí-la. Como as atividades que exercem são comercializadas entre a vizinhança, mudanças freqüentes podem pôr em risco a sobrevivência da freguesia, temor revelado, por exemplo, por *Claudete*, manicure que há muitos anos mora na mesma casa alugada e que agora enfrenta a possibilidade de uma mudança.

Combinando encargos familiares e necessidade ou desejo de complementar a renda familiar, as trabalhadoras familiares procuram invariavelmente uma atividade que possa se adequar ao espaço físico da casa, envolvendo ou não alguma modificação do local, o que se torna mais viável quando a casa pertence à família. A especialista em culinária *Célia*, por exemplo, que reside numa casa em conjunto habitacional da COHAB, construiu um salão próprio para sua atividade. *Celimar* adaptou o porão da casa dos pais para sua microempresa de brindes promocionais.

Algumas das atividades realizadas, no entanto, não requerem um espaço adaptado, o que facilita sua realização qualquer que seja a condição de moradia. Este é o caso daquelas que confeccionam doces e salgados, entre elas *Corina* e *Carina*, que moram em casa alugada e *Carla*, que reside em casa própria, todas elas utilizando-se basicamente da cozinha, onde dispõem de todo o equipamento necessário.

Na falta de um local próprio, a necessidade de exercer um trabalho remunerado e a impossibilidade de fazê-lo fora de casa determinam a utilização de qualquer espaço interno disponível. Este é o caso de *Claudete* (manicure) que, diante da viuvez, com três filhos pequenos para criar, não poupou a própria cozinha da pequena casa de aluguel para atender suas clientes. *Cleuza*, que é crecheira, atende trinta crianças, desde bebês até crianças de oito anos, ocupando todos os cômodos da casa da qual é proprietária, inclusive as camas dos filhos, que durante o dia estão trabalhando fora. Ou ainda *Catarina*, casada, com dois filhos, que reside numa casa cedida, de apenas dois cômodos, e confecciona bichinhos de lã no quarto do casal.

A atividade realizada por essas mulheres tem por objetivo ampliar os ganhos da família e melhorar sua qualidade de vida, mas pode também significar ganhos vitais para o grupo familiar, mesmo quando os rendimentos obtidos são extremamente reduzidos. A relevância da atividade para a renda doméstica varia conforme a situação econômica familiar ou a posição que o indivíduo ocupa na família.

Para as chefes de família, sejam elas solteiras (*Cleide*, costureira) ou viúvas (*Claudete*, manicure), a renda obtida com suas atividades é fundamental para garantir o sustento da família. Para outras, cujo orçamento doméstico é garantido pelos pais (*Celimar*, brin-

des) ou pelo marido (*Catarina*, artesanato), a realização de uma atividade remunerada possibilita a melhoria do nível de vida e de consumo do grupo familiar. Outras, como *Carmem* (colagem) e *Cléia* (cabeleireira), iniciaram suas atividades premidas pela necessidade imediata de garantir o sustento do grupo familiar diante do desemprego do marido.

Em suma, os exemplos são sugestivos e confirmam a tese de que os limites de conceitos como **família, casa e trabalho** são extremamente fluidos e estão em permanente transformação. As famílias analisadas, qualquer que seja sua composição, raramente são contidas pelo espaço da casa. As relações familiares, que envolvem convivência e ajuda, seja econômica, seja nas atividades domésticas, extrapolam a moradia para o terreno comum, a rua ou o bairro.

A casa, por outro lado, constitui muito mais do que o espaço de residência, vida cotidiana familiar e trabalho doméstico. Ela pode ser também um espaço de trabalho remunerado, no qual se realizam atividades econômicas que, mesmo quando são pouco constantes, representam ganhos adicionais e mesmo vitais para o grupo. A posse da casa própria é um claro projeto dos grupos familiares que ainda não são proprietários. Se ter casa própria pode representar, para qualquer família, maior segurança e estabilidade econômica, para aquelas que contam com a presença de trabalhadores domiciliares há também ganhos adicionais. A possibilidade de adaptar o local de trabalho, expandindo o negócio, é um deles. Mas o ganho fundamental talvez seja o de, mantendo a estabilidade do local de residência, preservar e ampliar a clientela, na maior parte dos casos limitada à vizinhança e ao bairro.

No que tange à relação *família e trabalho*, as informações apresentadas ilustram os pressupostos teóricos do texto. As atividades informais exercidas no domicílio ocupam sobretudo as donas de casa, eventualmente envolvendo membros do grupo com poucas credenciais para enfrentar o mercado de trabalho. Para as trabalhadoras domiciliares, por sua vez — a maioria das quais é casada, mãe de filhos pequenos ou adolescentes e tem baixa escolaridade —, o exercício de atividades econômicas pouco estruturadas em casa, com flexibilidade nos ganhos e no uso do tempo, parece ser o arranjo mais conveniente no atual estágio de vida do grupo familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. *Estrutura familiar e trabalho na Grande São Paulo*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.72, p.38-57, fev. 1990.

_____. Uma abordagem sociológica de família. *Revista Brasileira de Estudos de População — ABEP*, São Paulo, v.6, n.1, jan./jun. 1989a.

_____. *Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais*. São Paulo: FCC, 1989b. (Textos FCC n.1)

- DURHAM, Eunice R. A família e reprodução humana. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, Rio de Janeiro, n.3, p.13-44, 1983.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- JATOBÁ, Jorge. A família na força de trabalho: Brasil metropolitano, 1978-1986. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 7. *Anais...* Caxambu: ABEP — Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1990. v.2
- MONTALI, Lilia. Família e trabalho na Grande São Paulo: notas sobre os arranjos familiares na crise no início dos anos 80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 7. *Anais...* Caxambu: ABEP — Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1990a. v.2
- _____. Arranjos familiares: o esforço coletivo para viver na Grande São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.72, p.58-69, fev. 1990b.
- OLIVEIRA, Maria Coleta, BERQUÓ, Elza. A família no Brasil: análise demográfica e tendências recentes. *Ciências Sociais Hoje 1990*, São Paulo, 1990, p.30.
- OLIVEIRA, Zuleica L. C. Crisis, situación familiar y trabajo urbano. In: AGUIAR, Neuma (coord.). *Mujer y crisis*. Venezuela: Nueva Sociedad/Dawn-Mudar, 1990.
- PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA GRANDE SÃO PAULO. Família e Mercado de Trabalho. São Paulo: Fundação SEADE, n.22, jul./set. 1986.
- PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA GRANDE SÃO PAULO, Mercado de Trabalho na Grande São Paulo em 1991, São Paulo: Fundação SEADE, n.86, jan. 1992.
- POSTER, Mark. *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
-